

QUESTÃO 1

A determinação pela obrigatoriedade do ensino da história e culturas da África e dos afrodescendentes na educação básica no Brasil envolveu diversas lutas capeadas pelo movimento negro. Uma das vitórias celebradas por esse movimento e outros setores da sociedade brasileira foi a promulgação da lei 10.639 pelo Congresso Nacional em 2003.

Para compreendermos o processo histórico e as disputas curriculares em torno dessa vitória, precisamos ir um pouco além do contexto imediato do ano de 2003.

As lutas pelo reconhecimento e valorização das inúmeras contribuições dos africanos e dos negros na história e formação do país ~~as~~ datam de séculos atrás.

Numa perspectiva de respeito à ancestralidade ancorada na lei 10.639/03, ressaltamos que, ao menos, desde o século XIX, iniciativas de caráter educacional de formação e valorização do negro ocorriam em alguns espaços exclusivos em meio à escravidão institucionalizada.

No século XX, defesas pela inserção, valorização e reconhecimento das contribuições do negro no Brasil eram realizadas pelo Movimento Negro Unificado e o Teatro Experimental do Negro (TEN) com destaque para figuras como a historiadora Beatriz Nascimento e o intelectual Abdias do Nascimento. Todo esse movimento colocaria em questão a educação brasileira calcada em referências eurocêntricas e racistas naturalizados na sociedade.

A partir do período da redemocratização do Brasil com a Constituição Cidadã de 1988, novos horizontes políticos e sociais surgiram com certezas maiores de suas efetivações. A Lei de Diretrizes de Base (LDB) para

a educação brasileira promulgada na década de 1990, também fruto de intensas lutas sociais, trazia propostas e orientações de caráter emancipatório em diálogo direto ^{com} a Constituição de 1988 por meio da defesa de igualdade de direitos e uma educação de qualidade.

Tanto na LDB quanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a temática da contribuição do negro para a história do Brasil já estaria presente. Apesar dessa presença que marcaria uma mudança, o ensino da história e cultura da África e dos afrodescendentes ainda se apresentaria enquanto orientação e sugestão para docentes, gestores e corpo docente na educação básica sem atos explícitos de sua efetivação.

Apesar desses avanços, as imagens associadas aos africanos e negros ainda seriam marcadas pela essencialização, submissão e passividade na história que seria alheia a esses diversos povos. Num processo contínuo de lutas e disputas, nos anos 2000, propostas e ações seriam tomadas com mais visibilidade e se tornariam mais assertivas no que tange à legislação.

Segundo Nilma Lino Gomes (2013), um contexto de políticas de ações afirmativas na educação brasileira nos seus diferentes níveis, etapas e modalidades se fortaleceria. Em 2003, para além da promulgação da lei 10639/03, um outro exemplo a ser destacado foi o pioneirismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na implementação do sistema de cotas raciais no acesso e permanência à Universidade pública.

As críticas às políticas de ações afirmativas, de uma maneira geral, vieram de diversos setores da sociedade incluindo os maiores centros universitários de produção acadêmica.



do país, a sociedade parcels da sociedade civil, entre outros. Todas essas críticas explicitaram as tensões raciais localizadoras das dinâmicas entre os diversos grupos que formam a sociedade brasileira.

O núcleo das disputas curriculares, tomando o currículo enquanto território marcado por contestações e conflitos entre narrativas diversas, a formulação e aprovação da Lei 10.639/03 tornaram explícitas as tensões raciais e de poder no campo educacional e, mais especificamente, no ensino de ~~história~~ História.

O currículo de História mesmo enquanto um campo em constante ~~mutação~~ disputa ainda seria marcado por uma visão etnocêntrica com referências na Europa. A Lei 10639 surgiria enquanto uma narrativa questionadora e poderosa no impacto e na exigência pela reexatenação e valorização de outras vozes, no caso, africanas e afrobrasileiras.

Marcelo Torre e Márcia Ferreira (2014) na obra "num artigo publicado na obra 'Pesquisas em Ensino de História' afirmariam que as inovações trazidas pela Lei 10639 não rompem com tradições historicamente construídas na disciplina escolar 'História' formando uma "consciência" conflituosa entre o tradicional e o "novo". Essa afirmação coloca em evidência o caráter do conflito, mas não resalta o poder e impacto e história que envolvem a Lei 10639. Por fim, cabe resaltar que todo o processo e disputa em torno dessa lei já impacta na corrente impactos e mudanças na educação brasileira mesmo ~~em~~ ~~um~~ ~~contexto~~ atual de ameaças e vitórias conquistadas.

QUESTÃO 2

A implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 que tornam obrigatório o ensino da história e da cultura da África, afro-brasileira e indígena para todas as áreas de educação nacional geraria diversos impactos. Dentre as repercussões das leis, podemos destacar as mudanças no âmbito da formação inicial e continuada de professores de história.

Quanto à formação inicial oferecida em cursos de licenciatura por universidades públicas e particulares muitas vezes atrelados ao Bacharelado, podemos identificar uma considerável distância entre saberes escolares e científicos nas práticas mais comuns. Apesar de propostas que ultrapassam essa divisão e reafirmem o papel da universidade como formadora de professores, ainda há obstáculos na implementação de qualidade na formação inicial de professores profissionais.

As leis 10639/03 e 11645/08 sem sendo implementadas por meio de uma postura crítica aos problemas mencionados, resulta que não desalinham saberes escolares e saberes científicos nas proposições educacionais baseadas nos termos dessa legislação. Nesse ponto, ressalta-se o papel das escolas de educação básica enquanto locais de excelência na formação de professores como os de história.

Os Colégios de Aplicação detêm uma relevância nesse aspecto, pois possibilitam meios efetivos para a formação inicial de professores com fins para implementação das leis referidas. Por meio do estágio supervisionado aliado a disciplinas de Educação, inúmeros questionamentos surgiram a respeito de uma formação calcada no etnocentrismo com referências na Europa para concep-

ções de tempo, espaço, memória, entre outros conceitos básicos dos cursos para o ensino de História.

Essas escolas cujo papel gira em torno da formação de professores se colocam como campo privilegiado para a implementação das legislações mencionadas, pois concentram disputas nos mais diferentes níveis de educação seja no curricular, na produção de materiais didáticos, ~~por~~ ~~de~~ na escrita acadêmica, etc. Em escolas maiores, como no caso do Complexo de Formação de Professores da UFRJ discutido em artigo recente de Antonio Nogueira, projeto em construção de afirmação da universidade como local de formação de docentes, as disputas que envolvem o ensino e cultura indígena, afro-brasileira e africana podem tomar maior amplitude.

Com respeito à formação continuada, o papel das escolas de educação básica na ~~formação~~ preparação de professores nos termos das leis 10639/03 e 10645/08 ainda é muito relevante. Programas de Pós-Graduação "Lato Sensu", cursos de aperfeiçoamento e extensão, entre outras propostas de formação de acordo com as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BR/2004) ~~se~~ ocorrem por todo país com uma grande demanda.

No caso do ensino de História, os Programas de Mestrado Profissional (PROFHist) cumprem um papel de alinhamento entre produção acadêmica e salas de aula com ~~uma~~ inúmeras discussões discussões discussões sobre história e cultura em torno de África e povos indígenas. A universidade caminha ~~sempre~~ para proposições mais efetivas, mas é importante ressaltar novamente o papel das escolas de educação básica na imple-



metragem da legislação na formação inicial e continuada de ~~for~~ professores como no caso do Colégio Pedro II que por meio ~~do~~ de seu Núcleo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) recentemente lançou edital de seleção para ~~ser~~ uma especialização em Educação para as Relações Étnico-Raciais que contemple a área de História

Apesar do destaque de escolas ligadas ao governo federal que possuem mais estruturas que a maioria das escolas estaduais e municipais, práticas para a implementação das leis 10639 e 11645 na formação de professores também são realizadas em esferas mais locais. Por meio de práticas "isoladas" ou em diálogo com movimentos sociais ou a universidade, professores e professoras instrumentalizam discentes em estígio supervisionado nados ou por outros ~~meses~~ espaços.

Por fim, podemos citar um trecho de artigo de ~~Im~~ Nilma Lino Gomes (2013) numa pesquisa sobre a implementação da lei 10639/03 em escolas de Minas Gerais. Diz ela: "o caráter emancipatório da ~~o~~ obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas já existentes, desvela imaginários racistas presentes no cotidiano escolar e traz novos desafios para a gestão dos sistemas de ensino, para as escolas, para educadores, para a formação inicial e continuada de professores e para as políticas educacionais."

QUESTÃO 3

- PLANEJAMENTO DE ATIVIDADE PEDAGÓGICA



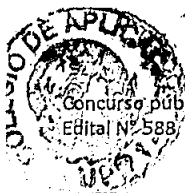
- CAP UFRJ - Concurso para Professor da Carreira de Magis-
térios EBTT - História

A atividade didática proposta gira em torno da temá-
tica dos povos indígenas na história contemporânea do
Brasil em diálogo com representações da parada acer-
ca desses povos.

A proposta é voltada para o Ensino Médio, mas, com
as devidas alterações, também pode ser aplicada para
turmas do Ensino fundamental II. A atividade será
composta por duas etapas realizadas em ~~uma~~ ~~um~~
~~mês~~ ~~cada~~ e, ao final, o(a) aluno(a) será capaz
de:

1. Explicar as origens dos principais estereótipos acerca
de povos indígenas no Brasil.
2. Identificar numericamente os povos indígenas no Brasil
contemporâneo em termos populacionais, línguas e localiza-
ções geográficas.
3. Narrar a ~~os~~ mitos de origem de alguns povos indígenas
previamente selecionados.
4. Explicar como as narrativas indígenas podem ser mobi-
lizadas para conhecer a história desses povos.
5. Relacionar as narrativas indígenas a relatos pessoais
dos alunos sobre antepassados identificando semelhanças
e diferenças.

Na primeira quinzena, a turma dividida em grupos
(5 a 6) ficará encarregada de pesquisar os prin-
cipais estereótipos acerca dos povos indígenas e suas
origens por meio de ilustrações, trechos de obras literá-



rias, entre outros materiais disponibilizados pelo professor

Os mesmos grupos procurariam informações atuais sobre as populações indígenas ~~base~~ por meio de censos e outros materiais identificando seus autores: FUNDI? IBGE? Associações indígenas? Ect. (2ª etapa)

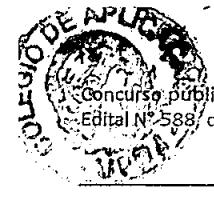
Este trabalho de pesquisa seria realizado pelos alunos com a mediação do professor e licenciandos sendo que ao fim da primeira quinzena esses dados seriam apresentados para todos.

A segunda parte do trabalho seria realizado ~~por~~ pela ~~meio~~ ~~de~~ leitura de narrativas indígenas e a escuta de relatos pessoais por meio da ideia de ancestralidade. Os alunos seriam ~~por~~ provocados a identificar semelhanças e diferenças entre essas duas produções.

As final do mês, toda a turma teria produzido um levantamento dos principais estereótipos acerca do povos indígenas no país, informações atualizadas sobre essas sociedades e uma produção de narrativas pessoais em ~~com~~ ~~diálogo~~ com aquelas ~~por~~ ~~já~~ já lidas.

Todo esse processo seria ancorado pela Lei 11645/08 e teria como referências os artigos de Circe Bittencourt sobre povos indígenas e de Talita Luiz de Oliveira em coautorias de Nayara Sibea de Carie sobre o uso de narrativas indígenas nos o ensino de História. Esses ~~os~~ últimos autores tomariam narrativas como documentos histórico de acordo com LéGoff (1990).

Os procedimentos didáticos seriam fundamentalmente pautados na mediação para a pesquisa e exposição dos estudantes, a discussão do conceito de ancestralidade para povos indígenas e a orientação para a leitura e produção das narrativas



Dentre os principais materiais a respeito dos estereótipos
acerca dos povos indígenas existem pinturas e tre-
chos de obras clássicas que ~~criam~~ produzem
no século XIX